

Desregulação na UE traz mais competitividade. Desafio será executar

Com a apresentação da bússola para a competitividade europeia, é esperada uma simplificação da regulação que recai sobre as empresas. Especialistas dizem que os planos são positivos, mas alertam que os Estados-membros terão de traçar um caminho conjunto para atingir os objetivos.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt

A excessiva regulação enfrentada por empresas na União Europeia (UE), continua a ser um entrave à inovação no Velho Continente. Mas com a apresentação da bússola para a competitividade europeia, são esperadas mudanças. Os especialistas aplaudem os planos de desregulação anunciados pela presidente da Comissão Europeia (CE), Ursula von der Leyen. Mas lembram que os Estados-membros e o tecido empresarial terão de traçar um caminho conjunto para que se atinja uma "execução eficaz, sem novas complexidades".

"A ideia de um mercado interno para fomentar a competitividade europeia existe desde há muito", diz Rita Leandro Vasconcelos, sócia da Pérez-Llora. Mas a advogada sublinha que "em 2025 ainda não existe um conjunto uniforme de regras societárias, fiscais, laborais, essenciais ao crescimento internacional das empresas".

Efigénia Marabuto Tavares, associada coordenadora da PRA, nota que "desde a publicação do relatório Draghi, [...] a Comissão Europeia tem trabalhado arduamente para encontrar soluções que atendam às exigências da realidade global". A especialista destaca que "a pandemia, os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente" e, mais recentemente, "a ameaça por parte de Trump de imposição de tarifas a produtos da UE, mostra a fragilidade do mercado europeu".

Nesta linha, "toda a regulação corresponde a um esforço de salvaguardar interesses da comunidade e da UE", ressalva Pedro Siza Vieira, sócio da PLMJ. "A uniformização de regras ao nível europeu foi condição de criação do mercado interno no que respeita à livre circulação de mercadorias



A presidente da CE, Ursula von der Leyen, apresentou no passado dia 29 de janeiro a bússola da competitividade.

ou à liberdade de prestação de serviços", diz. "Ainda assim, elas constituem um custo inerente ao exercício de uma atividade que onera os operadores económicos e restringe o acesso a atividades e profissões", nota.

É nesta ótica de simplificação regulamentar na UE que incidiu o discurso da presidente da CE, Ursula von der Leyen, na apresenta-

A desregulação será positiva para o aumento da produtividade na UE, mas empresas e Estados-membros têm de estar alinhados, lembram especialistas.

ção da bússola para a competitividade no passado dia 29 de janeiro. A mesma "define uma linha estratégica de diretrizes destinada a reforçar a posição da UE na economia global", resumida em palavras-chave como "simplificação, financiamento, e coordenação entre Estados-membros e UE", defende Diana Brioso Gonçalves, "senior of counsel" da CCA Law.

Siza Vieira destaca que "a questão está em assegurar que a regulação não é excessiva face aos objetivos que pretende alcançar". Para o advogado da PLMJ, "a sensação que existe é que a regulação é excessiva e o seu custo demasiado oneroso", especialmente para pequenas e médias empresas (PME), para quem "o custo do cumprimento de regras pode desencorajar a expansão e inovação". "Percebe-se, por isso,

que se queira simplificar", admite o especialista.

Este plano "permitirá às empresas europeias desprenderem-se de regulamentações excessivas, as quais afastavam o investimento para outros mercados [...]", concorda Marabuto Tavares. Em jeito de exemplo, e "embora os sistemas políticos e legais sejam diferentes, nos últimos três mandatos do Congresso dos EUA [2019-2024], foram aprovadas cerca de 3.500 leis e duas mil resoluções a nível federal". A especialista nota que no mesmo período, "a UE aprovou cerca de 13 mil atos". Face a esta realidade, "a CE procede a um esforço, sem precedentes, de simplificação da regulamentação, que tem como objetivo promissor poupar às empresas mais de 37 mil milhões de euros por ano", conclui a advogada da PRA.

Investimento em infraestruturas é vital para crescimento tecnológico na Europa

Como tal, “prevê-se, de facto, um corte de 25% nas obrigações declarativas e noutros custos administrativos, para a generalidade das empresas, correspondendo aquele a 35%, no caso de PME”, refere Marabuto Tavares.

É nesta ótica que “as empresas europeias, designadamente as portuguesas, deverão estar atentas às alterações legislativas, bem como às oportunidades de financiamento e (re)posicionamento estratégico a serem geradas pelo novo e auspicioso quadro regulatório da UE”, salienta Brioso Gonçalves da CCA.

“Considerando o tecido empresarial português, predominantemente composto por, precisamente, PME, a harmonização de legislação europeia, a desregulação e a diminuição de encargos fomentam, de forma decisiva, a produtividade destas empresas, representando uma ‘win-win’ pela facilitação do investimento e da gestão”, destaca a advogada da PRA.

Efígenia Marabuto Tavares recorda que a desregulação “ajuda alcançar o legado de Jacques Delors – da existência de um mercado único”. Para a advogada, este plano passa por “as empresas europeias, sejam elas PME, startups ou outras, estarem alinhadas nos mesmos objetivos e esforço mútuo [...]”.

Mas, como lembra Rita Leandro da Pérez-Llorca, “o seu sucesso dependerá de uma execução eficaz, sem novas complexidades que apenas substituam as atuais por entraves diferentes, perpetuando a fragmentação económica da UE”.

Concluindo, “o esforço de desregulação será positivo, desde que se consiga continuar a assegurar a proteção [dos] interesses gerais”, remata Pedro Siza Vieira. ■

A bússola para a competitividade europeia trouxe novidades quanto ao setor tecnológico, especialmente no que toca à inteligência artificial (IA). Apesar da desregulação planeada poder impulsionar o setor, os advogados defendem que são precisas mais infraestruturas. A Europa precisa de ganhar músculo na computação.

“A desregulação pode impulsionar a IA na Europa, mas o desafio vai muito além das regras – há obstáculos estruturais que travam a competitividade e a inovação”, destaca Adolfo Mesquita Nunes, sócio da Pérez-Llorca. O especialista defende que “a IA, como qualquer tecnologia transformadora, precisará sempre de regulação” e que “o problema da Europa

não é regular, mas sim como a fragmentação regulatória e a falta de integração dos mercados criam um ambiente hostil ao crescimento”.

Aprofundando os planos da Comissão Europeia (CE), Diana Brioso Gonçalves, “senior of counsel” da CCA Law refere que a “comunicação da CE prevê o aumento da produtividade e, por conseguinte, o crescimento da economia europeia, através da difusão das tecnologias digitais”. “Nesse sentido, e particularizando”, diz a mesma advogada, “a CE declarou que irá incentivar os investimentos em infraestruturas digitais; reforçar a aplicação da legislação digital da UE; aumentar o investimento na supercomputação, nos semicondutores [...]”;

impulsionar novas utilizações industriais da IA; e melhorar os serviços públicos com uma Estratégia de Aplicação da IA”.

Mas, como lembra Adolfo Mesquita Nunes, ainda há entraves significativos na UE, sejam eles a “escassez de capital privado, regras pouco flexíveis e uma carga fiscal que desencoraja o crescimento, deixando as empresas europeias em desvantagem face a mercados mais pragmáticos”. Por isso, diz o advogado, “a desregulação, embora essencial, não basta”.

Já no que toca ao Regulamento da IA, Pedro Siza Vieira, sócio da PLMJ, destaca que “não parece que a CE se prepare para [o] rever”. “Pelo contrário, estão em preparação orientações para a sua implementa-

ção, num contexto em que a Administração Trump faz ameaças à ação da UE sobre os gigantes tecnológicos americanos”. Para o advogado, “o atraso europeu [nesta] matéria deve-se provavelmente mais à falta de infraestruturas e capacidade de computação, às restrições que continuam a existir na circulação e utilização de dados”, mas também “à incipiência de um ecossistema que financie, e adote rapidamente novas aplicações”. Siza Vieira destaca que é “importante, por isso, investir muito e dinamizar estes outros fatores”.

“A Europa tem de escolher; continuar a regular para os outros ou competir para liderar”, conclui Adolfo Mesquita Nunes. ■



[A] desregulação será positiva, desde que se consiga continuar a assegurar a proteção [dos] interesses gerais.



PEDRO SIZA VIEIRA
Sócio da PLMJ



[A bússola] define uma linha estratégica de diretrizes destinada a reforçar a posição da UE na economia global.



DIANA B. GONÇALVES
“Senior of counsel” da CCA Law



A Europa tem de escolher: continuar a regular para os outros ou competir para liderar.



ADOLFO MESQUITA NUNES
Sócio da Pérez-Llorca



As empresas europeias [devem estar] alinhadas nos mesmos objetivos e esforços mútuos.



EFÍGENIA M. TAVARES
Associada coordenadora da PRA